

Ata n.º 1

Ao vigésimo primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas quinze horas no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a primeira reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um: Tomada de Posse; -----

Ponto dois: Aprovação do Regimento; -----

Ponto três: Discussão e aprovação de proposta de Plano de Atividades; -----

Ponto quatro: Transportes Escolares ano letivo 2022/2023: Plano Municipal e Plano Intermunicipal; -

Ponto cinco: Ação Social Escolar - ano letivo 2022/2023; -----

Ponto seis: Ponto de situação do processo de Transferência de Competências; -----

Ponto sete: Outros assuntos. -----

Foi convidada a participar nesta reunião a CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central. --

O vice-presidente e vereador do Pelouro da Educação, Alexandre Varela, abriu a sessão, dando as boas vindas aos conselheiros e informando de que tinha sido nomeado para presidir este órgão por delegação de competências do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Évora. -----

Seguidamente deu-se início à tomada de posse dos novos conselheiros do Conselho Municipal de Educação presentes na reunião. -----

Passando ao ponto dois da Ordem de Trabalhos, Aprovação do Regimento, que havia sido previamente enviado por correio eletrónico aos conselheiros. O Presidente do Conselho, Vereador Alexandre Varela, explicou de forma sucinta que as principais alterações ao Regimento decorrem da introdução do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, nomeadamente das alterações à composição e funcionamento dos conselhos municipais de educação. -----

O documento Regimento do Conselho Municipal de Educação de Évora foi colocado a aprovação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

No ponto três, discussão e aprovação de proposta de Plano de Atividades, o Presidente do Conselho, Vereador Alexandre Varela, referiu que a proposta pretende definir uma orientação e estruturação das atividades do Conselho Municipal de Educação e que se trata de uma proposta passível de ser alterada em qualquer momento em função dos contextos, realidades e necessidades. A proposta de Plano de Atividades deste órgão foi apresentada pela Chefe da Divisão de Educação e Intervenção Social da Autarquia, Dr.ª Helena Ferro, que começou por explicar que a proposta foi estruturada em

torno das competências do Conselho Municipal de Educação, conforme está na Lei, destacando as principais matérias a analisar nas diversas competências do órgão: Sistema Educativo e Política Educativa, Carta Educativa, Projetos Educativos do Município, Ação Social Escolar, Desenvolvimento Educativo, Segurança dos Espaços Escolares e Acessos, Edifícios Escolares, Funcionamento dos Estabelecimentos de Educação e Ensino e a Promoção da eficiência e eficácia do Sistema Educativo.

Foram apresentadas as propostas de ações a desenvolver em cada matéria: -----

- Carta Educativa: acompanhamento, elaboração e aprovação da Carta Educativa em reuniões extraordinárias dada a complexidade do assunto;-----

- Sistema Educativo: apresentação do trabalho da CPCJ - articulação das sinalizações e conhecer o trabalho da equipa comunitária de Saúde Mental Infantil; -----

- Projetos Educativos do Município: apresentação dos projetos em curso; reflexão sobre o que faz falta e dar contributos;-----

- Desenvolvimento Educativo: descentralização das reuniões do Conselho Municipal de Educação, começando pelos Agrupamentos de Escolas e Salesianos. Sendo que na reunião que fosse num determinado Agrupamento ou Salesianos, cada entidade faria a apresentação do seu Projeto Educativo para que todos pudessem ficar a conhecer o trabalho desenvolvido nas próprias escolas; --

- Ação Social Escolar: todos os assuntos relacionados com a ação social escolar têm que ser aprovados pelo conselho municipal, nomeadamente de transportes escolares e os apoios socioeducativos e alimentação; -----

- Segurança Espaços Escolares e Acessos: conhecimento alargado da intervenção da PSP e da GNR; -----

- Edifícios Escolares: ponto de situação das intervenções realizadas e projetadas nas escolas públicas; -----

- Funcionamento dos Estabelecimentos de Educação e Ensino: acompanhamento das transferências de competências; -----

- Promoção da Eficiência e Eficácia do Sistema Educativo: apresentação de relatórios sintéticos sobre o funcionamento do sistema educativo pelo departamento governamental responsável pela área da educação (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região do Alentejo). -----

Terminada a apresentação, os conselheiros analisaram e debateram o Plano de Atividades, tendo sido apresentadas algumas propostas. -----

A representante da CCDDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Dr.ª Carla Lázaro, em substituição da Dr.ª Maria Teresa Godinho, sugeriu o acompanhamento dos estudos que as CIM's estão a fazer sobre as transferências de competências e a Carta Educativa. ----

A representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação, Dr.^a Susana Godinho, reforçou a necessidade de olhar para os acessos às escolas e permitir que os bairros tenham acessos abertos às escolas. -----

O Vereador Alexandre Varela referiu que o Plano de Mobilidade Sustentável está em fase de conclusão e foram dadas um conjunto de orientações à equipa interna e externa relacionadas com a mobilidade pedonal, modos suaves, transportes públicos, entre outras. E foi pedido um olhar específico para os recursos e zonas de acesso às escolas. Foi proposto que, quando o Plano de Mobilidade Sustentável estiver terminado, se possa convidar alguém da equipa interna ou externa para falar sobre o que se pretende e o que está previsto. -----

Os conselheiros foram unânimes na necessidade de criarem condições de acessos às escolas quer por via pedonal quer de bicicleta, bem como, por exemplo, haver acesso de algumas escolas à Ecopista e refletir-se sobre o acesso ao Núcleo Museológico do Alto de S. Bento. -----

A representante da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região do Alentejo, Dr.^a Maria João Charrua, informou que estava em concordância com o plano de atividades e disse que ao longo do tempo o mesmo se irá atualizando e adaptando daquilo que forem as necessidades e de acordo com as competências deste órgão. Sobre as obras referiu que foi feito o mapeamento das escolas a serem intervencionadas e garantiu que da parte do Ministério da Educação, a Escola Secundária André de Gouveia se encontra mapeada como urgente. -----

O Dr. Celso Nunes pediu a palavra para dar nota que se encontrava em representação da Diretora do Agrupamentos de Escolas André de Gouveia, esclarecendo que a Diretora, Dr.^a Lurdes Brito, irá aposentar-se e que estava eleita a nova Diretora, estando a aguardar a colocação pelo Ministério da Educação. Esclareceu também que estava eleito como representante do pessoal docente do ensino secundário público e como estava a representar a Diretora não poderia representar o pessoal docente. Disse que se na semana seguinte fosse eleita a nova Diretora, ele estaria como Subdiretor, daí não poder tomar posse como representante do pessoal docente do ensino secundário público e a Câmara Municipal ter que repescar o suplente. -----

A representante do ensino superior público, Dr.^a Sara Fernandes, propôs uma ligação do Projeto Educativo Municipal com a oferta formativa da Universidade e, no âmbito do conselho municipal, haver projetos, que naturalmente já existem, que pudessem fazer uma ligação do ensino básico e secundário ao ensino superior. -----

O representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social que desenvolvem atividade na área da educação, Eng.º Nuno Henriques, expressou a preocupação de que, nas IPSS's, as solicitações são muitas, principalmente na valência de creche e a oferta é menor que a procura. -----

A representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional, Dr.^a Paula Caeiro, deixou o desafio de se realizar uma reunião descentralizada no IEFP, salientando que seria uma grande oportunidade para muitos membros do conselho municipal conhecerem a realidade do Instituto Técnico. -----

Concluídas as intervenções dos conselheiros, o Plano de Atividades do Conselho Municipal de Educação foi votado, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Passando ao Ponto Quatro, referente à aprovação dos Planos de Transportes Escolares para o ano letivo 2022/2023, designadamente o Plano Intermunicipal de Transportes Escolares da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central – PITEAC e o Plano Municipal de Transportes Escolares, que haviam sido previamente enviados por correio eletrónico aos conselheiros, foi dada a palavra ao Eng.^o Ricardo Barros, técnico da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, para apresentação do Plano Intermunicipal de Transportes Escolares e foi dada a palavra à Dr.^a Adelina Paredes, técnica da Divisão de Educação e Intervenção Social da Autarquia, para apresentação do Plano Municipal de Transportes Escolares. -----

O Eng.^o Ricardo Barros a convite da Câmara Municipal de Évora apresentou o Plano Intermunicipal de Transportes Escolares da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central – PITEAC - ano letivo 2022/2023, realçando que este plano se trata de uma inovação decorrente do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, o qual veio especificar que sempre que exista estabelecimento de educação de âmbito supramunicipal, passa a ser competência do secretariado executivo intermunicipal a elaboração do plano de transporte escolar intermunicipal adequado, sendo aprovado pelo conselho intermunicipal, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação. Para além da elaboração do plano municipal de transportes escolares, passa a ser obrigatório a elaboração do plano intermunicipal de transportes escolares e ambos têm que ser aprovados pelo Conselho Municipal de Educação até 1 de agosto de cada ano, vigorando no ano letivo seguinte. Os planos de transporte escolar podem ser objeto de ajustamentos sempre que se verifiquem alterações conjeturais no decurso do ano letivo a que respeita. O Plano Intermunicipal de Transportes Escolares abrange os 14 municípios que integram a CIMAC e foi elaborado com base nos elementos fornecidos pelos diversos municípios e estabelecimentos de ensino e na legislação em vigor. Estima-se que existam 436 alunos a beneficiar de transporte escolar intermunicipal no Alentejo Central. -----

O Presidente do Conselho, Vereador Alexandre Varela colocou o documento PITEAC a discussão. Sobre a resposta de transportes públicos face aos horários escolares, foi abordada principalmente a questão dos tempos de espera dos alunos, onde a CIMAC explicou que o estudo é calculado com base em manchas horárias e não em horários de turmas e, ainda, que de acordo com a legislação em vigor, o tempo de espera dos alunos pelo transporte escolar é de 45 minutos, após a mancha horária.

Foi referido pelos conselheiros a necessidade de adequar os horários dos transportes públicos aos horários letivos dos alunos, através de parcerias e conversações entre escolas, município e CIM's, de forma a mitigar o problema, garantindo os tempos de espera mínimos quer à entrada quer à saída dos alunos das aulas. E que quando não é possível adequar os horários dos transportes e horários dos alunos, deve-se tentar minimizar. Para combater os tempos de espera por parte dos alunos foi sugerido por alguns conselheiros que as escolas possam organizar atividades, academias e aulas de estudo. -----

Foi, ainda, proposto pela representante dos serviços de emprego e formação profissional, Dr.ª Paula Caeiro, que o Plano Intermunicipal de Transportes Escolares da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central – PITEAC, enquanto documento estratégico e orientador, fizesse uma referência inclusiva ao IEFP, tal como faz referência à EPRAL e à Associação Dom Carlos, uma vez que o IEFP é também um grande operador que tem oferta pública para jovens e não só para adultos. -----

Após apresentação global e discussão do documento PITEAC, o mesmo foi colocado a aprovação, tendo sido aprovado por maioria, com quatro abstenções por parte da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região do Alentejo, pelo representante do pessoal docente do ensino básico público, pelo representante das associações de estudantes e pelo representante do conselho municipal da juventude. -----

De seguida, a Dr.ª Adelina Paredes apresentou o Plano Municipal de Transportes Escolares - ano letivo 2022/2023, referindo que o plano municipal de transportes escolares também se rege pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, e pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que delega nas Câmaras Municipais o assegurar, organizar e gerir os transportes escolares. Foi apresentado um quadro resumo com o que se previu no ano letivo transato e o que se prevê para o novo ano. Para o ano letivo 2022/2023 prevê-se que 586 alunos usufruam de transporte escolar através de carreiras públicas, veículos de aluguer e veículos das Juntas de Freguesia/Autarquia. -----

O Presidente do órgão colocou o documento a discussão. A Dr.ª Maria João Charrua, da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, referiu que os alunos que frequentam os cursos profissionais devem estar contemplados nos transportes escolares. O Eng.º Fernando Farinha, diretor do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira, sugeriu que os quatro agrupamentos de escolas pudessem reunir para se pronunciarem sobre a questão de trabalharem o ano letivo por semestres e assim haver uma harmonia de calendário escolar. -----

A proposta Plano Municipal de Transportes Escolares - ano letivo 2022/2023, foi posta a aprovação, sendo aprovada por unanimidade. -----

O Ponto Cinco, Ação Social Escolar - ano letivo 2022/2023, foi apresentado pela Dr.ª Helena Ferro, que explicou que a Câmara Municipal é responsável pela ação social escolar do 1º ciclo do ensino básico atribuindo as verbas que estão estipuladas por Lei e que a Câmara Municipal também dá um apoio ao nível do pré-escolar. Não havendo um valor estipulado por Lei para o pré-escolar, a Câmara atribui a cada criança de escalão A e B um valor de 25€. -----

A proposta Ação Social Escolar - ano letivo 2022/2023 foi colocada a aprovação, sendo aprovada por unanimidade. -----

Passando ao Ponto Seis, ponto de situação do processo de transferência de competências, o Vereador Alexandre Varela deu nota que: -----

- O processo de transferências de competências começou a ser preparado em 2021 na sequência de um conjunto de reuniões realizadas quer com a DGEstE quer com os quatro Agrupamentos de Escolas; -----

- O objetivo do Município foi sempre o de preservar o processo nos agrupamentos e na vida das escolas de modo a não incluir mais processos de destabilização; -----

- Houve colaboração e compreensão de ambas as partes no sentido de se construir o processo em conjunto; -----

- A Câmara Municipal apresentou uma proposta, que foi aprovada pela Assembleia Municipal, de modo a que os diretores dos agrupamentos continuassem com as competências que vinham exercendo antes da transferência de competências, devido a todo o conhecimento e experiência que detinham na gestão escolar e educativa; -----

- Desde o dia 1 de abril de 2022 que todo o processo de transferência de competências foi monitorizado; -----

- No dia 27 de junho de 2022 foi realizada a primeira reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento das Transferências de Competências que contou com a participação da Câmara Municipal, da DGEstE e dos quatro Agrupamentos de Escolas, sendo apresentados todos os documentos recolhidos pelo Município; -----

- Relativamente a encargos, houve preocupações desde o início com algumas rubricas, como é o caso de transferências de verbas para o pessoal não docente, os refeitórios escolares devido ao aumento dos preços e, também, em relação a encargos com as instalações devido a contratos que já existiam de eletricidade, água, combustíveis, comunicações. -----

- A Comissão Técnica de Acompanhamento das Transferências de Competências irá produzir um relatório para envio à DGEstE, no sentido de elencar as preocupações relativamente ao processo de transferência de competências. -----

Por último, no Ponto Sete, Outros Assuntos, o Vereador Alexandre Varela fez um ponto de situação sobre a gestão da Escola Secundária André de Gouveia e da Escola Básica de Santa Clara dando nota que a intervenção nestas escolas poderá vir a ser financiada a 100% (uma parte pelo POCH e a outra parte pelo Estado). No final de 2021, foi aprovada pela Câmara Municipal a intervenção na Escola Secundária André de Gouveia e está a ser realizada a compilação quer de dados quer de identificação e diagnóstico de intervenções prioritárias entre os serviços do Município e entre a Parque Escolar no sentido de se preparar o caderno de encargos para a empresa que irá fazer o projeto de execução e depois candidatar-se a intervenção. Em janeiro de 2022, foi aprovada a intervenção na Escola Básica de Santa Clara. Nesta escola o processo é diferente, na medida em que há necessidade de fazer uma inventariação dos problemas e a confirmação das patologias que já existiam e que foram inventariadas pelo Município em 2008. -----

O Vereador Alexandre Varela fez também um ponto de situação sobre a intervenção na Escola Básica Manuel Ferreira Patrício, dizendo que a obra da cobertura foi terminada e está a ser realizada uma empreitada de pintura na escola e a requalificação do recreio e da cobertura do pré-escolar. -----

Para terminar, o Vereador Alexandre Varela deu conhecimento do Programa Municipal “Ser a Brincar”, programa de atividades complementares e de apoio às famílias, a decorrer na Escola do Bairro da Câmara tendo como destinatários as crianças que frequentam o pré-escolar da rede pública e, ainda, do projeto-piloto “Ser A Brincar. É...” dirigido a crianças com necessidades especiais a decorrer na Escola Básica André de Resende, coorganizado pela Câmara Municipal e a Universidade de Évora. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por concluída a reunião, da qual se lavrou a presente ata. -----

Da presente ata faz parte integrante a Lista de Presenças, em anexo. -----

Évora, vinte e um de julho de dois mil e vinte e dois.